

Lava Jato

Decisões do STF projetam efeito cascata pela revisão de leniências

VALORES

Empreiteiras do 'clube vip' da Lava Jato firmaram acordos de leniência; prazo de pagamentos é de até 28 anos

DATA DE CELEBRAÇÃO DO ACORDO COM A CGU*	ACORDO EM MILHÕES DE REAIS**	VALIDADE
2017 JULHO	574,6	22 ANOS
2018 JULHO	2.727	22 ANOS
DEZEMBRO	1.489	16 ANOS
2019 JULHO	1.396	18 ANOS
NOVEMBRO	1.929	28 ANOS

*ALGUMAS EMPREITEIRAS JÁ HAVIAM CELEBRADO ACORDO DE LENIÊNCIA ANTERIORMENTE APENAS COM O MPF E SÓ DEPOIS PACTUARAM COM A CGU ** VALORES DA ÉPOCA

FONTE: CGU / INFOGRÁFICO: ESTADO

Empreiteiras que admitiram corrupção e se comprometeram a restituir o erário já analisam seguir tática da J&F e Odebrecht

RAYSSA MOTTA

As provas da Operação Spoofing, investigação que prendeu os hackers da Lava Jato, estão no centro de um novo capítulo do debate sobre os acordos de leniência. Empreiteiras que admitiram corrupção e se comprometeram a restituir os cofres públicos agora avaliam solicitar acesso ao material para verificar se há brecha para pedir a revisão ou até a anulação dos seus acordos.

A Operação Spoofing prendeu o grupo responsável pela invasão de celulares de integrantes da força-tarefa da Lava Jato no Paraná, incluindo o ex-procurador Deltan Dallagnol, que coordenava o grupo de trabalho, e o ex-juiz e hoje senador Sérgio Moro (União Brasil-PR), que foi titular da 13.^a Vara Federal Criminal de Curitiba, berço da investigação. As conversas hackeadas constam com provas da apuração.

Após as investidas da J&F e da Odebrecht, o *Estadão* apurou que a estratégia pode ter um efeito cascata. Outras empresas que fecharam acordos de leniência, como a UTC Engenharia, a Andrade Gutierrez e a Camargo Corrêa, também estudam pedir acesso aos autos da operação.

Na época, os acordos de leniência fechados pela UTC, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa e OAS somaram R\$ 8,1 bilhões. Os valores devem crescer exponencialmente com as correções até o período final dos acordos.

SUSPENSÃO. A J&F foi a primeira a conseguir autorização do Supremo Tribunal Federal (STF) para receber a documentação. O ministro Dias Toffoli, autor da decisão, também determinou a suspensão do pagamento das parcelas previstas no acordo enquanto a empresa analisa o teor das conversas.

O acordo de leniência da J&F foi assinado em 2017 com o Ministério Público Federal no Paraná. O grupo se comprometeu a pagar R\$ 10,3 bilhões ao longo de 25 anos para encerrar as investigações das operações Greenfield, Sepsis, Cui Bono, Bullish e Carne Fraca.

A J&F pretende usar o material da Operação Spoofing para pedir a revisão da leniência. A empresa alega que foi coagida a assinar o acordo para "assegurar sua sobrevivência financeira e institucional" e que é preciso "corrigir abusos". Um deles seria o suposto uso de provas ilícitas. Procurado pela reportagem, o Ministério Público Federal não se manifestou.

ACESSO. A Odebrecht seguiu a estratégia e também pediu acesso ao material. Parte das provas do acordo de leniência da empreiteira já foi anulada pelo ministro aposentado do STF – e futuro ministro da Justiça – Ricardo Lewandowski,

Operação Spoofing
Grupo invadiu celulares de Moro e Deltan; empresas avaliam pedir acesso às conversas hackeadas

com base em mensagens da Spoofing. Ele levou em consideração o julgamento que declarou a suspeição de Moro e apontou "vícios" nas provas. Inicialmente, a decisão beneficiou apenas o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas Toffo-

li, que herdou o processo, estendeu os efeitos ao ex-governador do Rio Sérgio Cabral.

O acordo de leniência da Odebrecht foi assinado em 2016. O grupo assumiu o compromisso de pagar R\$ 2,72 bilhões ao longo de 20 anos para pôr fim a investigações da Operação Lava Jato. As autoridades responsáveis pela negociação projetaram que o valor corrigido chegaria a R\$ 6,8 bilhões ao fim do período.

Fontes ligadas a outras construtoras alvo da Lava Jato ponderaram que nem todas poderão tirar proveito das conversas hackeadas. A avaliação é a de que o material só será útil se houver indícios de coação nas negociações. Caso contrário, poderia se tornar um "tiro no pé". Por isso, uma decisão ainda depende de maior reflexão.

Procuradas, as companhias não quiseram comentar seus acordos. A UTC não respondeu à reportagem.

REPACTUAÇÃO. Este não é o primeiro movimento dessas empresas para tentar a revisão dos acordos de leniência. Já houve tentativas de repactuação das multas fixadas. As empreiteiras sustentam que os valores foram arbitrados conside-

rando um faturamento que já não é mais realidade no setor das grandes construções e que, apesar dos esforços para honrar compromissos, o risco de inadimplência é iminente.

A Controladoria-Geral da União (CGU), que gerencia os acordos de leniência, tem sido inflexível diante dos pedidos de repactuação. O órgão informou, em nota, que não há margem para a alteração dos valores, apenas de cláusulas sobre prazo e formas de pagamento. Uma das demandas das empresas é pagar parcelas futuras por meio de prejuízo fiscal e de precatórios. A CGU não respondeu sobre o movimento das companhias para obter o material da Spoofing.

A J&F também tenta reduzir o valor de sua multa. O argumento, no entanto, não gira em torno da redução do faturamento. Ao contrário do setor da construção, afetado pelo fim de grandes obras, como Copa do Mundo e Olimpíada, o segmento alimentício cresceu. O grupo alega que houve um erro no cálculo do acordo. A multa foi fixada tomando como base o faturamento global das empresas que compõem o conglomerado, mas os advogados dizem que o pacto foi fechado no Brasil e, por isso, deveria considerar apenas o faturamento nacional do grupo, não incluindo na conta valores de negócios fora do País.

Outro ponto contestado são as condições atenuantes previstas na legislação para reduzir o valor da multa no caso de leniência. O percentual oferecido à J&F foi o mínimo. A empresa afirma agora que absteve o Ministério Público Federal com informações inéditas e que, por isso, deveria ter recebido uma redução maior.

Os questionamentos não são dirigidos apenas às cláusulas do acordo de leniência. A J&F também busca fulminar a própria validade do acerto, utilizando como argumento as absolvições de autoridades citadas nos anexos.

POLÍTICOS. Os acordos de leniência fechados na esteira da Operação Lava Jato foram homologados entre 2015 e 2019 e atingiram políticos de diferentes partidos e espectros ideológicos. Um dos executivos da J&F entregou aos procuradores uma lista com 1.829 nomes de 28 partidos que teriam recebido R\$ 388 milhões de propinas na forma de doações oficiais de campanha. ●

Para lembrar

Maioria dos políticos acabou sendo absolvida

● Guido Mantega

O primeiro anexo do acordo da J&F implicou o ex-ministro da Fazenda Guido Mantega, acusado de favorecer o gru-

po em financiamentos do BNDES. Ele foi absolvido

● Aécio Neves e Ciro Nogueira

Outros implicados na leniência da J&F, posteriormente absolvidos pela Justiça, foram o deputado Aécio Neves (PSDB-MG) e o senador Ciro Nogueira (PP-PI). O tucano foi inocentado

em ação que o acusava de receber R\$ 2 milhões em propinas; a investigação contra Ciro Nogueira, também por suspeita de propinas, foi arquivada pelo Supremo Tribunal Federal

● Michel Temer

Uma das revelações mais emblemáticas da J&F foi a gravação

que Joesley Baptista fez do ex-presidente Michel Temer. Joesley disse que pagava mesada ao deputado cassado Eduardo Cunha e a Lúcio Funaro, apontado como operador de Cunha, para que ficassem calados sobre irregularidades. "Tem que manter isso, viu?", afirmou Temer. O ex-presidente foi absolvido

● Lula

Uma das condenações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Operação Lava Jato, no caso do sítio de Atibaia, também teve como base provas obtidas em um acordo de leniência. A ação foi aberta a partir de anexos entregues pela Odebrecht